Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro

Leonia Capaverde Bulla*

Resumo

Discutem-se, neste artigo, temas que oferecem subsídios para a compreensão das relações sociais peculiares ao sistema social capitalista, estreitamente ligadas à questão social, às origens e ao desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Para estabelecer a relação do Serviço Social com a questão social e com as políticas sociais do Estado, foram focalizados elementos do Estado liberal, do Estado intervencionista, e as funções políticas e sociais do Estado moderno. Foram reconstituídos os processos de institucionalização da profissão, de ampliação do seu mercado de trabalho e a expansão das unidades de ensino de Serviço Social. Revisando-se a trajetória histórica do Serviço Social na sociedade brasileira, são oferecidas luzes para os debates atuais da profissão e seus questionamentos em relação às mudanças projetadas para o futuro.

PALAVRAS CHAVES: Relações Sociais. Questão Social. Políticas Sociais. Serviço Social.

Abstract

They are discussed, in this article, the themes that give subsidies for the understanding of the peculiar social relationships to the capitalist social system, linked to the social question, to the origins and development of the Social Work in Brazil. To establish the relationship of the Social Work with the social question and with the social politics of the State, elements of the liberal State were debated, of the controller State, and the political and social functions of the modern State. They were reconstituted the processes that turned the Social Work a profession, the amplification of its labor market and the expansion of the units of teaching of Social Work. Being revised the historical trajectory of the Social Work in the Brazilian society, lights are offered for the current discussions of the profession and its questions in relation to the changes projected for the future.

KEY WORDS: Social Relationships. Social Question. Social Politics. Social Work.

Introdução

Quando o Serviço Social surgiu no Brasil, na década de 30 do século passado, registrava-se no País uma intensificação do processo de industrialização e um avanço significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Tornaram-se mais intensas também as relações sociais peculiares ao sistema social capitalista.

Quando se coloca em discussão a denominada questão social, dois elementos surgem em destaque: o trabalho e o capital. A resposta a ser dada ao conflito, entre esses dois pólos, vai depender da maior ou menor importância que se atribui a um ou outro desses elementos. Para entender melhor essa problemática, considera-se, de início, o trabalho humano, destacando as relações sociais que se desenvolvem no sistema produtivo. Focaliza-se, então, o cerne da questão social, a exploração do trabalho pelo capital, com todas as suas conseqüências para a vida do trabalhador.

O Serviço Social profissional teve suas origens no contexto do desenvolvimento capitalista e do agravamento da questão social. Para compreender as circunstâncias históricas ligadas ao surgimento

* Professora titular da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Mestre em Serviço Social pela Universidade Laval, Québec – Canadá; Doutora em Ciências Humanas – Educação, pela UFRGS e Pós-Doutora em Serviço Social e Gerontologia Social pela Universidade de Kassel, Alemanha.

dessa profissão no Brasil, estudou-se o contexto da época em que foi criada no País, a década de 30 do século passado, considerando-se como eixo central da análise a questão social em seus aspectos econômicos, políticos e sociais. Nesse contexto, foi promulgada uma série de medidas de políticas sociais, como uma forma de enfrentamento das múltiplas refrações da questão social, ao mesmo tempo em que o Estado conseguia a adesão dos trabalhadores, da classe média e dos grupos dominantes, donos do capital. O governo populista adotava, ao mesmo tempo, mecanismos de centralização político-administrativa, que favoreciam o aumento da produção, dando condições para a expansão e a acumulação capitalista.

Relacionando o Serviço Social com a questão social e com as políticas sociais do Estado, tornou-se necessário o debate de alguns elementos da problemática do Estado: o Estado liberal, o Estado intervencionista, e as funções educativas, políticas e sociais que se desenvolvem no âmbito do Estado moderno. Os processos de institucionalização do Serviço Social, como profissão, estão relacionados com os efeitos políticos, sociais e populistas do governo de Vargas. A implantação dos órgãos centrais e regionais da previdência social e a reorganização dos serviços de saúde, educação, habitação e assistência ampliaram de modo significativo o mercado de trabalho para os profissionais da área social. O Serviço Social, como profissão e como ensino especializado, beneficiou-se com esses elementos históricos conjunturais. Ao mesmo tempo em que se ampliava o mercado de trabalho, criavam-se as condições para uma expansão rápida das escolas de Serviço Social.

1. As relações sociais no sistema capitalista

O trabalho humano se encontra na base de toda a vida social. Os homens, impulsionados pelas necessidades vitais, apropriam-se da natureza e produzem os bens necessários a sua manutenção, que lhes dão condições de existir, de se reproduzir e de “fazer história”, salientaram Marx e Engels (1982, p.19). Satisfeitas as primeiras necessidades, surgem outras, exigindo novas soluções, que direcionam o homem nas relações com os outros homens. Enredado nesse conjunto de relações sociais, como um ser social e histórico, este desenvolve sua práxis, atividade material pela qual ele “faz o mundo humano” e se transforma a si mesmo (Vazquez, 1977, p. 9). Assim, através de contínuas transformações das condições sociais, realizadas pela práxis humana, foram sendo gerados os progressos econômico e social, bem como toda uma cultura.

Na teoria marxista, o modo de produção oferece elementos para caracterizar as sociedades e analisar as suas transformações. É importante apresentar aqui alguns elementos dessa teoria, que propiciam a discussão sobre as forças que atuam na vida social e a crítica a um determinismo mecanicista.

No processo de trabalho, os homens criam determinadas relações entre eles (relações de produção), que, juntamente com a capacidade de produzir (forças produtivas), constituem o modo de produção. O nível de desenvolvimento dessas forças produtivas materiais e as relações de produção correspondentes determinam, segundo Marx e Engels (1982), os diferentes tipos de sociedade. As relações de produção modelam, portanto, a estrutura social e a repartição da sociedade em classes. Quando as condições materiais de produção mudam, também se alteram as relações entre os homens que ocupam a mesma posição na sociedade de classes.

Marx e Engels (1982) considera que a totalidade das relações de produção estrutura economicamente a sociedade. Na base, se encontram as forças produtivas, ou seja, os instrumentos e técnicas de produção, a força de trabalho dos homens, os objetos aos quais se aplica esse trabalho. Sobre a infra-estrutura econômica se ergue uma superestrutura, composta da instância jurídico-política e da instância ideológica, a que correspondem todas as formas de consciência social. As contradições entre as

forças produtivas e as relações de produção acabam levando ao colapso um determinado modo de produção e a sua substituição por outro, dando assim lugar ao que Marx denomina de “épocas progressivas de formação econômica e social” (Marx e Engels 1982, p. 531).

As concepções acima sobre modo de produção e sua transformação histórica, necessárias para se compreender como funcionam as forças de vida social, colocam um acento demasiado nas forças econômicas, fazendo delas o elemento determinante. Não se desconhece que as condições econômicas têm sido, historicamente, as forças mais fortes e decisivas, mas não se pode negar a existência de inúmeras outras forças, que também exercem a sua influência. Os elementos políticos, jurídicos, filosóficos, religiosos, literários, artísticos e outros repercutem uns sobre os outros, sobre a estrutura econômica e sobre o curso da história.

Essa visão encontra apoio em vários autores marxistas que, justamente por esse posicionamento, são referidos freqüentemente neste trabalho, dando-lhe suporte teórico. Gramsci (1974), que considerava o marxismo como uma “filosofia da práxis”, salientava o papel do fator subjetivo, da atividade revolucionária dos homens na história real, mas sublinhando “a oposição do marxismo tanto ao materialismo mecanicista como à filosofia especulativa em geral, desligada da história real e da atividade prática humana, particularmente a política” (Vazquez, 1977, p. 49).

Esses autores salientam o papel de sujeito, a ação exercida pelos homens na história, sem desconhecer as circunstâncias que limitam o agir humano. Esse relacionamento configura-se como uma relação dialética entre o sujeito e o objeto, em que se reconhece uma reciprocidade de influências entre esses dois elementos, tanto no processo de conhecimento da realidade, como na atividade prática que visa transformá-la.

A interpretação economicista das forças sociais, por outro lado, tem seus fundamentos na leitura de textos de Marx e Engels, desvinculados do contexto histórico em que foram produzidos e do todo de sua obra. Para combater os que viam na consciência, na razão, nas idéias, na moral ou na religião a força motriz da história, Marx e Engels (1982) atribuíram uma tal importância à estrutura econômica, que deu margens a interpretações distorcidas. Um estudo mais profundo desses autores tem demonstrado, entretanto, o valor atribuído por eles às influências das outras instâncias da sociedade e à ação dos homens na história.

Por outro lado, não são as intenções, nem a pura vontade dos homens, de certos grupos e de seus heróis, que determinam a marcha da história. Os homens fazem a história, com sua práxis, mas “dentro de circunstâncias concretas e históricas que cerceiam ou ativam suas ações” (Marx e Engels, 1982, p. 547). Nessas relações podem ser constatadas as ambigüidades humanas, as hesitações e, não raro, os distanciamentos entre os projetos ideais e as realizações concretas, que demonstram, como bem expressa Kosik, “a dialética da situação dada e da ação; a dialética das intenções e dos resultados do agir humano; a dialética do ser e da consciência dos homens (Kosik, 1976).

Na realidade, embora os homens se encontrem enredados em múltiplos condicionamentos, existem possibilidades e espaços, ainda que limitados, para sua ação transformadora. E a história tem testemunhado esse contínuo movimento dos homens, tentando superar as circunstâncias adversas e melhorar as suas condições de existência, através de sua práxis humano-social.

2. A questão social na sociedade capitalista

A história revela que a ação recíproca entre os homens, embora tenha gerado o progresso econômico-social e toda uma cultura humana, produziu também a alienação, a dominação do homem

sobre os outros homens e as desigualdades sociais. Essas desigualdades sociais se tornaram cruciais na sociedade em processo de industrialização.

Marx, em sua obra *O Capital* (1985), fez uma profunda crítica da sociedade capitalista e das ideologias que mascararam a sujeição real do trabalho ao capital, a alienação e a exploração da classe trabalhadora. Os proprietários dos meios de produção, retirando a mais-valia do trabalho, intensificaram o processo de acumulação do capital. A concentração dos bens de produção nas mãos de poucos, em prejuízo dos que só possuíam a sua força de trabalho, levou ao agravamento dos problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores.

As relações conflituosas que se estabeleceram entre o capital e o trabalho configuram a questão social, problema que, a partir do século XIX, tem sido colocado em debate, com o aporte da teoria marxista. Como os desdobramentos da questão social na história serão estudados posteriormente, foram selecionados dois pontos para a discussão: a exploração e a alienação.

Marx, a partir do valor do trabalho, construiu o conceito de mais-valia. O autor explica, então, que no modo de produção capitalista, o processo de trabalho é também um processo de exploração, porque se dá uma apropriação do excedente do trabalho pelo capitalista (1985). O trabalhador, que nada possui, se vê obrigado, assim, a vender sua força de trabalho para poder sobreviver, e a burguesia, detentora dos meios de produção, enriquece, se apropriando da mais-valia. A acumulação crescente levou o sistema capitalista a expandir-se, assumindo cada vez mais o controle de todos os recursos materiais e humanos, e colocou esse imenso potencial a serviço de um processo produtivo cada vez mais eficiente, associado ao desenvolvimento científico e tecnológico.

O sistema capitalista, entretanto, além da exploração, significa também a alienação do homem. E a obra de Marx (1982-1985) é permeada pelas críticas às várias formas de alienação: a religiosa, a filosófica, a política e a socioeconômica. Para Marx (1985), a alienação econômica e social reveste-se, principalmente, das seguintes formas: separação entre o homem e seu trabalho, que o priva de decidir o que faz e como faz; separação entre o homem e o produto de seu trabalho, que lhe tira o controle sobre o que é feito com o resultado e os excedentes de seu trabalho, possibilitando a exploração; separação entre o homem e seu semelhante, gerando relações de competição. Essas formas de alienação se fundamentam na divisão social do trabalho, na propriedade privada e na decorrente divisão da sociedade em classes.

Grande parte da obra de Marx e Engels (1982) se constitui numa tentativa de mostrar ao movimento operário como o modo de produção capitalista desvirtua a vida e as relações sociais humanas, sob múltiplas formas, com o intuito de satisfazer as exigências da reprodução do capital. A consciência crescente da exploração e o agravamento dos problemas sociais, ligados à acumulação capitalista, levaram os trabalhadores a se organizar em movimentos e lutas por melhores condições de vida e de trabalho.

As políticas sociais, que começaram a ser implantadas no fim do século XIX, na Europa e Estados Unidos, e a partir de 1930, no Brasil, têm sido apontadas como “uma gestão, ainda que conflitiva, da força de trabalho para que ela se reproduza nas melhores condições para o capital” (Faleiros, 1980, p. 48). Mas as medidas de política social não podem ser vistas apenas sob o ângulo da reprodução ou como escamoteamento da exploração capitalista. Essa seria uma explicação parcial e, de certa forma, mecanicista, porque não considera a realidade concreta da correlação de forças sociais e as contradições do próprio sistema capitalista. Assim, embora não se desconheçam os outros fatores envolvidos, salienta-se o papel de sujeito, desempenhado pelas classes trabalhadoras, na conquista de seus direitos e na implantação de medidas de política social pelo Estado capitalista moderno, em resposta à questão social.

É importante assinalar, portanto, que as políticas sociais implantadas nos países de capitalismo avançado, não foram produtos de uma ação autônoma e beneficente do Estado, mas “o resultado de concretas, prolongadas e muitas vezes violentas demandas das classes populares” (Vilas, 1978, p. 7).

Nesses países havia uma longa tradição de luta pelos direitos de cidadania. Muitos benefícios sociais foram conquistados pelos trabalhadores e eram administrados pelo Estado, como forma de distribuição da riqueza acumulada pelo capital. No Brasil, as políticas sociais e o Serviço Social foram implantados na terceira década do século XX, em condições muito diversas, assumindo características peculiares, que vão marcar seu desenvolvimento posterior e que ajudam a compreender suas limitações atuais.

3. A questão social no processo de industrialização do Brasil

Em meados da década de 30, do século XX, quando o Serviço Social surgiu no Brasil, registrava-se no País uma intensificação do processo de industrialização e um impulso significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural (Pereira, 1999). Essas mudanças no contexto sociopolítico e econômico brasileiro iniciaram com a Revolução de 1930, considerada um evento marcante da história contemporânea brasileira.

Na realidade, a referida revolução pode ser considerada como um ponto divisório entre dois períodos distintos da história da sociedade brasileira: a época de vigência do sistema agrário-comercial, amplamente vinculado ao capitalismo internacional, e a do sistema urbano-industrial, voltado para o mercado interno, que emergia paulatinamente, encontrando bases cada vez mais sólidas de expansão.

Antes de 1930, um parque industrial ainda incipiente não permitira a concentração do proletariado, mas a questão social já se fazia perceber localizadamente. As condições de trabalho eram precárias e o estado de tensão era permanente por falta de uma legislação trabalhista.

A partir de 1930, o Brasil entrou num período de maior desenvolvimento econômico, que se refletiu no aumento da renda per capita, dos salários reais e do consumo. Simultaneamente registrou-se um incremento da taxa de crescimento da população e de urbanização. A concentração da população nas áreas urbanas trouxe consigo problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, de infra-estrutura e tantos outros. Na medida em que a industrialização avançava, crescia a concentração da renda, ampliando-se as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravando-se a questão social.

O Estado, com sua concepção liberal, expressa mais manifestamente na Constituição Brasileira de 1891, negava-se a intervir nos conflitos entre patrões e empregados e se opunha a realizações sociais distributivas de caráter obrigatório (Fischlowitz, 1964). De acordo com as concepções vigentes, não se admitia a intervenção direta do Estado na economia. Ele atuava como um simples “regulador do livre jogo das forças econômicas, administrando, cobrando impostos, fornecendo meios de comunicações e transportes baratos para a circulação de mercadorias” (Flores, 1986, p. 98). Ao contrário do que acontecera em governos anteriores, entretanto, o governo populista, que assumiu o poder logo após a Revolução de 1930, reconheceu a existência da questão social, que passou a ser uma questão política, a ser enfrentada e resolvida pelo Estado.

4. As políticas sociais face à questão social

Com o incremento do processo de industrialização, os movimentos operários começaram a surgir no País, com frequência crescente. Apareciam sinais evidentes de descontentamento e frustração da classe média e dos grupos de intelectuais. Ocorriam também movimentos políticos contra a administração

pública, considerada ineficiente, inábil e retrógrada, protestando-se contra o status quo e a falta de soluções para as crises sociais, políticas e econômicas (Fischlowitz, 1964).

Vargas, que estava no poder, temia a ascensão e o acirramento desses movimentos, a exemplo do que acontecia com os movimentos operários europeus. Para conseguir a adesão e o consenso dos trabalhadores, ele estabeleceu uma série de medidas de política social de caráter preventivo, integradas no conceito de progresso social e institucional. Em sua grande parte, essas medidas também beneficiavam a classe média e atendia, de certa forma, as aspirações da burguesia, dando condições de aumento da produção. Ele conseguiu, assim, estabelecer uma política de compromissos e conciliações entre os grupos dominantes, as camadas médias e os trabalhadores, que sustentavam a ideologia da “paz social”, que deu suporte à expansão do capitalismo no Brasil. A questão social, que antes era encarada como uma questão de polícia, passou a ser considerada como uma questão de Estado, que demandava soluções mais abrangentes .

O Estado adotou, a partir daí, uma política de proteção ao trabalhador, incentivando o trabalho e o aumento da produção. Criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, e promulgou uma legislação trabalhista que respondia, de certa forma, às necessidades do trabalhador e aos interesses mais amplos da industrialização emergente. Assim, foi sendo dado um tratamento sistemático à questão social que, ao mesmo tempo, aliciava e atrelava as classes subalternas à política do governo, sem permitir maiores chances de participação.

No mesmo ano, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Em 1933, as caixas de aposentadorias e pensões deixam de pertencer às grandes empresas e passam a abranger categorias de profissionais, surgindo, a partir dessa data, os institutos de aposentadorias e pensões. Ainda em 1933, foi criado o Instituto de Aposentadoria dos Marítimos e, no ano seguinte, 1934, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários e dos Bancários. Em 1936, os trabalhadores da indústria foram beneficiados com a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Em 1938 foram fundados mais dois órgãos do mesmo tipo dos anteriores, o Instituto de Aposentadoria e Pensões para Trabalhadores do Transporte e Carga e o Instituto para a Assistência dos Servidores Civis. Nos anos seguintes foram sendo ampliadas as categorias beneficiadas, estabelecendo-se que as que não fossem cobertas pelos institutos continuariam a pertencer às caixas de aposentadorias e pensões existentes antes de 1930 (FEE, 1983; Faleiros, 1980).

Em 1938, foi instituído o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), órgão ligado ao Ministério de Educação e Saúde, a quem foram atribuídas as seguintes funções: realizar inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajustes sociais; organizar o Plano Nacional de Serviço Social, englobando os setores públicos e privados; sugerir políticas sociais a serem implantadas pelo governo; dar parecer sobre a concessão de subvenções governamentais às instituições privadas. Segundo Yamamoto , o CNSS não chegou a exercer plenamente as suas funções, servindo mais como distribuidor de verbas e subvenções, favorecendo o clientelismo político. É considerado, entretanto, como um “marco da preocupação do Estado em relação à centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas” (Yamamoto; Carvalho, 1983, p. 256).

Em 1939, receberam a devida regulamentação a Justiça do Trabalho e a Legislação Sindical, mecanismos que já constavam da Constituição, desde 1937. Em 1940, foram decretados o Imposto Sindical, o Salário Mínimo e o Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Em 1942, foi criada por Decreto-lei a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que serviria como órgão de colaboração junto ao Estado, para cuidar dos Serviços de Assistência Social. Ainda em 1942, foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 1946, foram fundados mais dois órgãos importantes para o atendimento dos trabalhadores: o

Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC). No mesmo ano, criou-se a Fundação Leão XIII, com o objetivo de atuar na educação popular dos favelados do Rio de Janeiro. Em 1951, foi criada a Fundação da Casa Popular, para melhorar as condições de habitação das classes trabalhadoras. Ainda em 1951, foi também instituído o abono familiar para as famílias com rendimentos inferiores ao dobro do salário mínimo e com, pelo menos, oito filhos menores de 18 anos.

Foram muito importantes para a proteção ao trabalhador as instituições referidas acima e as medidas de Política Social assumidas pelo governo brasileiro, no período de 1930 a 1954. Entre essas medidas podem ser citadas a instituição do salário mínimo, a jornada de 8 horas de trabalho, as férias remuneradas, a estabilidade no emprego, a indenização por dispensa sem justa causa, a convenção coletiva de trabalho, a proteção ao trabalho da mulher e do menor, a assistência à saúde, à maternidade, à infância e uma série de outros serviços assistenciais e educacionais.

Os grandes gastos do governo com a política social, nesse período, deram origem à concepção de Estado de Bem-Estar Social que, na realidade, nunca chegou a ser totalmente implantado no Brasil. O Estado se tornou cada vez mais importante e se transformou no principal instrumento de acumulação capitalista, através de mecanismos de centralização política e administrativa e de controle da massa trabalhadora, pelas técnicas de propaganda, coesão social e assistência.

Nesse contexto, o Estado tornou-se o centro máximo das decisões, passando a impor, quase que unilateralmente, as novas vantagens sociais, sem maior participação da sociedade brasileira. Esse Estado se arrogava a prerrogativa de conceder os benefícios sociais, dentro de uma política de “harmonia e de paz social”.

O operariado se via tolhido por uma legislação trabalhista e por uma política outorgada que, ao mesmo tempo que lhe garantia direitos e lhe concedia benefícios, limitava-lhe a ação política. A classe operária perdia, transitoriamente, a possibilidade de aprimorar os seus próprios meios de atuação, inserida que estava num sistema político destinado a evitar ou limitar a emergência de tensões entre as classes.

5. A criação do serviço social no contexto da questão social

Em sua política de alianças, o governo de Vargas também procurou o apoio da Igreja Católica. As posições da Igreja relativas à questão social, contidas na Encíclica *Quadragesimo Anno* (Pio IX, 1931), confirmavam as da *Rerum Novarum* (LEÃO XIII, 1891) quanto à necessidade de o Estado intervir nas relações entre o capital e o trabalho e à obrigação de realizar políticas sociais. Reafirmavam, por outro lado, a importância de uma sociedade consensual e harmônica, sem conflitos de classe.

Essas e outras aproximações entre o Governo e Igreja brasileira os levaram a se apoiarem mutuamente. A Igreja oferecia suporte às políticas do Estado, e Vargas cooperava com muitos dos propósitos da Igreja Católica, preocupada com a restauração cristã da sociedade brasileira (Montenegro, 1972). A partir dessa aliança, houve uma grande expansão das instituições católicas, tanto as assistenciais, quanto as educativas, entre elas as universidades católicas. Essas instituições educacionais foram significativas na formação de pessoal para a realização do trabalho social nas instituições assistenciais nascentes.

Para que a nova atividade se afirmasse como profissão e pleiteasse o reconhecimento da sociedade, tornou-se necessária a elaboração de um conjunto de conhecimentos próprios e a formação de profissionais competentes, que dessem uma contribuição significativa à sociedade. Com tal objetivo, foram organizados os cursos de Serviço Social

A primeira escola de Serviço Social, no Brasil, foi fundada em 1936, em São Paulo, onde se concentrava a maior parte da indústria nacional. Esse curso foi incorporado, mais tarde, à PUCSP. No

ano seguinte, foi criado o curso de Serviço Social no Rio de Janeiro, junto ao Instituto Social, sendo, posteriormente, vinculado à PUCRJ. Em 1945, entrou em atividade a Escola de Serviço Social de Porto Alegre, hoje denominada Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Outras escolas de Serviço Social foram sendo fundadas no decorrer das décadas seguintes.

Nos primeiros tempos, os Assistentes Sociais trabalhavam principalmente nas instituições da Igreja Católica, fortemente ligada às origens da profissão. Esse profissional foi logo sendo absorvido pelas instituições do Estado que se organizava para enfrentar a questão social. Os campos da saúde e jurídicos foram os privilegiados, tanto que o Serviço social passou a assumir características paramédicas e parajurídicas. A área da saúde, englobava o trabalho nos centros de saúde, nos hospitais gerais, nas maternidades, nos hospitais pediátricos e psiquiátricos, nos centros de atendimento aos portadores de deficiência, nos centros de reabilitação e outros. Na área judiciária o Serviço Social atendia os casos de abandono, maus-tratos e adoção de crianças e adolescentes, jovens e adultos infratores, e outros problemas familiares. Além disso, atuava na área da Educação, na Habitação, na Assistência e até na área da Agricultura, em trabalhos de Extensão Rural (programas de desenvolvimento de comunidades rurais).

O Estado passou a ser então o grande empregador. Mas o Assistente Social também ocupava outros espaços profissionais, em grandes organizações, como as associações patronais da Indústria (Serviço Social da Indústria e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e do Comércio (Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), que empregavam grande número de Assistentes Sociais para atuar junto aos trabalhadores da Indústria e do Comércio. Essa foi uma porta de entrada para o trabalho dos profissionais nas grandes empresas, sendo contratados diretamente por essas organizações.

Outra grande fonte de empregos dos profissionais da área foi a Legião Brasileira de Assistência, subsidiada quase exclusivamente por fundos públicos, muito criticada por suas ligações com as “primeiras damas dos Estados e Municípios” e por suas características clientelistas, muitas vezes utilizadas para fins político-eleitorais. Paralelamente a essas instituições governamentais ou subsidiadas, quase que exclusivamente por verbas públicas, existiam outras instituições particulares, ligadas às organizações religiosas e privadas com os mais variados objetivos na área social.

Em seus campos iniciais de trabalho, os profissionais de Serviço Social se viram na contingência de importar modelos teóricos e metodológicos de Serviço Social, construídos em países em estágio mais avançado de desenvolvimento. O instrumental importado, que enfatizava a abordagem individual, com características paramédicas e parajurídicas, tornou-se inadequado. Diante de uma realidade subdesenvolvida, onde as condições de subsistência não estavam sendo atendidas, a ação profissional mostrava-se paliativa, pois os problemas requeriam soluções estruturais.

O referencial teórico e as propostas metodológicas iniciais do brasileiro tinham como fundamentos os princípios filosóficos e cristãos, aliados às experiências de ação social francesas e belgas. Essas origens conferiram ao Serviço Social uma herança cultural com “fortes marcas confessionais”, como destaca Iamamoto (1998, p. 105). Na época, o Serviço Social era concebido como uma “missão”, um “serviço” à sociedade, que estava na dependência de uma “vocação” específica de seus agentes, a quem competiria, segundo expressões muito utilizadas na época, “fazer o bem-feito”. Isso significava realizar um trabalho de ajuda com competência técnica, com base em princípios filosóficos e morais, que seriam transmitidos aos assistentes sociais, através da educação.

Essa visão inicial, com muita ênfase em conteúdos filosóficos, logo se mostrou insuficiente para a atuação prática dos assistentes sociais. A partir da década de 40 do século XX, os novos profissionais procuraram um aprimoramento técnico e metodológico, tendo como fundamento as Ciências Sociais e, com elas, a visão funcionalista americana passou para o brasileiro.

Esses fundamentos foram muito questionados, a partir da década de 60, época em que grandes mudanças ocorreram na vida social, econômica, política e cultural brasileira. Estudos publicados pelos organismos internacionais e pan-americanos foram revelando os problemas de subdesenvolvimento da América Latina, sua dependência em relação aos países hegemônicos e a marginalidade de grande parte de sua população. O desenvolvimento se transformou numa idéia-força que penetrou todos os setores da sociedade. A busca de uma saída para a situação de subdesenvolvimento tornou-se a preocupação dos responsáveis pelas políticas econômicas e sociais dos países sul-americanos.

Nesse contexto, os intelectuais das áreas das Ciências Humanas e Sociais, entre eles os de Serviço Social, questionavam-se sobre as formas de superação das situações de atraso e de marginalidade social e sobre o papel dos diferentes profissionais no processo de desenvolvimento. Com a consciência das condições de subdesenvolvimento do País e da pobreza de grande parte da população, crescia entre os profissionais um sentimento de frustração, gerado pela incapacidade de atender às demandas sociais. Associavam-se a esse sentimento, a falta de reconhecimento e o desprestígio profissional do Serviço Social, em relação às profissões mais tradicionais.

As prerrogativas dos diplomados em cursos superiores de Serviço Social estavam asseguradas em leis e decretos.¹ Por definição legal, o Serviço Social constituía-se como profissão liberal, de natureza técnico-científica, sendo a designação profissional de “assistente social” privativa dos habilitados em cursos superiores específicos, reconhecidos pelo governo federal. Para a disciplina e fiscalização do exercício da profissão, criaram-se o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social.

Embora amparada por toda essa legislação federal, resultado das lutas dos assistentes sociais e das associações profissionais e de ensino do Serviço Social, a profissão custou a conquistar o reconhecimento da sociedade. As dificuldades encontradas pelos profissionais na valorização do seu trabalho estavam estreitamente ligadas às origens do Serviço Social e às imagens e estereótipos que se criaram em torno de suas práticas. As atividades do Serviço Social foram historicamente identificados com práticas confessionais ou estatais, de cunho assistencialista e paternalista, que se mostravam ineficazes diante dos desafios da miséria e do subdesenvolvimento.

A dificuldade de delimitar sua competência específica diante de outros profissionais de áreas afins se constituía em outro entrave ao prestígio profissional. Na medida em que não se conseguia um consenso no interior da própria profissão, tornava-se difícil obter a compreensão da população assistida e das instituições, que nem sempre respeitavam as prerrogativas profissionais do assistente social.

Muitos dos problemas enfrentados pelos assistentes sociais brasileiros eram também sentidos pelos profissionais da categoria, em outros países sul-americanos. A aproximação e a possibilidade de intercâmbio profissional tornou-se um fato, quando a América Latina começou a voltar-se para si mesma, a realizar seminários entre os países do Sul do continente e a promover estudos sobre seus problemas de desenvolvimento.

Na busca de novas alternativas de ação aos desafios sociais, os Assistentes Sociais integraram-se ao projeto desenvolvimentista, realizando experiências significativas de organização comunitária, a partir

¹ BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei 1.889, de 13 de junho de 1953, que dispõe sobre os objetivos do ensino de Serviço Social e ainda as prerrogativas dos portadores de diploma de Assistente Social; Decreto 35.311, de 8 de abril de 1954, que regulamenta a lei 1.889; Lei 3.532, de agosto de 1957, que regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social; Decreto 994, de 15 de maio de 1962, que regulamenta a Lei 3.352, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social e a constituição do Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS; Lei 8862/93, de Regulamentação da Profissão.

da década de 50 do século XX. Muitos profissionais da área se envolveram, igualmente, nas lutas de sociedade brasileira pelas Reformas de Base, que aconteceram nos anos 60 e participaram dos movimentos de Educação de Adultos e Cultura Popular. Com o golpe militar de 1964, esses Assistentes Sociais, como muitos brasileiros que lutaram pela transformação social, sofreram a repressão do regime. No Brasil pós-64, as alterações no modelo econômico haviam redefinido e reforçado seus laços de dependência em relação aos países industrializados. Os investimentos de capital estrangeiro no País permitiram, entretanto, uma grande dinamização de sua economia, com conseqüente reorganização administrativa, tecnológica e financeira.

A implantação e a consolidação desse novo modelo, que permitiu a acumulação e a expansão capitalista, eram acompanhadas de novas formas de controle social e político. Houve repressão das classes trabalhadoras e contenção dos salários. Como mecanismo compensatório, foi implantada uma série de medidas de política social, sem consulta ou participação da classe trabalhadora. Nesse contexto, houve uma tendência ao crescimento da demanda de Assistentes Sociais, como agentes executores das políticas sociais. Desses profissionais, exigiram-se especialização em políticas sociais, planejamento, administração de serviço, o que significava uma formação técnica e metodológica rigorosa e adequada ao mercado de trabalho.

Essas exigências em relação ao Serviço Social se inseriam no processo mais amplo de modernização da Educação, considerada uma das condições básicas para o processo de desenvolvimento do País. Tornara-se urgente a formação de recursos humanos para acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico, o que implicava na reorganização de todo o sistema educacional, com base na racionalização, eficiência e produtividade.

Com o cerceamento dos movimentos mais amplos de mudanças social, após 64, os Assistentes Sociais se dedicaram com maior profundidade à crítica interna. Foram realizados importantes encontros profissionais, em níveis regionais, nacionais e latino-americanos, debatendo as questões profissionais e educativas do Serviço Social. A partir desses encontros, foram se definindo novas tendências no seu interior, tendo sido incrementada a produção intelectual e científica da área, em revistas, documentos e livros.

O relacionamento mais estreito com os assistentes sociais latino-americanos e a consciência da existência de problemas comuns, desafiando elementos de uma mesma profissão, deram origem a *Reconceituação* que se caracterizou pela crítica radical ao sistema vigente e às formas tradicionais de ação, propondo novos enfoques teóricos e metodológicos. O movimento não era homogêneo, abrigando várias tendências no seu interior. Nascido na década de 60, cresceu na de 70 e serviu de estímulo para a produção de vários documentos na área, com importante contribuição para a revisão da teoria, da prática e do ensino de Serviço Social.

Entre as propostas apresentadas por esse movimento se colocavam as seguintes: adequação do Serviço Social à problemática dos países latino-americanos, tendo em vista a impossibilidade de se trabalhar numa realidade concreta, com desafios próprios e específicos, utilizando-se métodos e técnicas importados de outra realidade; definição de um marco teórico referencial para a prática do latino-americano; busca de metodologia adequada às exigências dessa realidade e que pudesse assegurar a integração teórico-prática na atividade profissional; produção de uma literatura que refletisse as respostas do Serviço Social à realidade latino-americana (Macedo, 1981). Esse movimento propunha a adoção de um referencial marxista de análise dos fenômenos sociais e a adoção de novas metodologias de ação, que levassem em conta a totalidade do social.

A realização de práticas de numa perspectiva dialético-marxista vinha sendo tentada desde a década de 70. Nessa época, o movimento de *Reconceituação* apresentava uma nítida influência do pensamento de Althusser (1983). De acordo com essa perspectiva, as instituições eram consideradas aparelhos

ideológicos do Estado e “lugar de luta de classe pela direção da sociedade” (Althusser, 1983, p. 17), e o de Serviço Social, como “atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante” (Iamamoto e Carvalho, 1983, p. 23).

Os Assistentes Sociais e os acadêmicos estagiários, com base nesses conhecimentos, nem sempre bem assimilados, passaram a adotar uma postura de negação da prática institucional, o que os colocava em confronto com as instituições. Por outro lado, crescia a participação nos movimentos populares, dando-se ênfase à prática política.

No fim da década de 70 e início dos anos 80 do século XX, o movimento começou a receber a influência de Gramsci (1986). Instituição passou a ser considerada como espaço contraditório, em que circulavam as ideologias e em que se podiam aproveitar os espaços para a divulgação de novas concepções de mundo, para minar as estruturas, abalar a hegemonia das classes dominantes e tentar uma nova estrutura societária.

As concepções de Gramsci (1986) serviam de estímulo, numa época de transição democrática e em que se pretendiam ocupar todos os espaços possíveis, para dar uma contribuição efetiva ao processo de libertação do autoritarismo e à luta pelos direitos de cidadania. A prática institucional foi revalorizada, mas se buscavam novas formas de participação da população nos programas institucionais e sua articulação com os movimentos populares.

O novo desafio consistia em construir teorias a partir dessas práticas, buscando-se a definição da especificidade da prática do Serviço Social, em meio a outras práticas sociais. Na década de 70, continuaram, com maior vigor, os questionamentos em relação à formação para o Serviço Social, articulados às críticas à Educação e à Universidade. Apesar de todo o aparato policial repressor, surgiram novos movimentos sociais de reivindicação salarial, que se ampliaram, assumindo caráter contestatário em relação às condições sociais e políticos de País. No fim da década de 70 do século passado e início da seguinte, junto com os movimentos sindicais, cresceram as reivindicações dos moradores de vilas e bairros, e se fortaleceram as comunidades eclesiais de base. Setores da classe começaram também a se articular no sentido de fazer oposição ao regime político em vigor. Crescia a pressão pela volta da democracia, que tornasse possível o exercício da cidadania

Pelos fins da década de 80, com a redemocratização do País e com a nova Constituição (Brasil, 1988) ocorreu uma importante mudança na área do Serviço Social, que acompanha todo um movimento da sociedade brasileira. As políticas sociais passaram a direcionar-se para a universalização e garantia dos direitos sociais, para a descentralização político-administrativa e para a participação popular.

Os assistentes sociais passaram a se questionar sobre os rumos da ação profissional, face à rearticulação dos movimentos populares e das organizações da sociedade civil. Discutiam-se a formação profissional e a relação da prática com os conhecimentos teóricos veiculados.

A expansão do ensino superior no País, em função do modelo econômico e da política educacional, atingira igualmente o Serviço Social, constatando-se um aumento significativo do número de matrículas em nível nacional. A grande oferta de assistentes sociais repercutira no mercado de trabalho, constatando-se a depreciação dos salários e o desemprego. Além da concorrência entre assistentes sociais, outros profissionais e subprofissionais de áreas afins passaram a disputar o mercado da área social, anteriormente afeto quase que exclusivamente ao Serviço Social (Pinto, 1986).

Os questionamentos sobre o Serviço Social, como disciplina profissional, profissão e prática educativa, foram levados aos encontros regionais e às convenções nacionais da então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)² e foi elaborada uma nova proposta de formação

² A partir de 1998, a ABESS passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

profissional que, após a aprovação pelo Conselho Federal de Educação, foi sendo implantada a partir de 1984, em todas as Unidades de Ensino do País.

Na década de 90, discutia-se no Serviço Social a conjuntura brasileira, face às mudanças no cenário mundial: a globalização da economia, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, o desemprego, o aprofundamento da desigualdade social e o aumento da exclusão social, em nossa sociedade, que causam uma crescente precarização da qualidade de vida de vários segmentos da sociedade. Essa realidade propunha ao profissional de Serviço Social novos desafios, que deviam ser enfrentados no cotidiano de sua prática profissional, pois as “modificações estruturais vividas pela sociedade brasileira, rebatem diretamente no conjunto de segmentos que configuram a clientela ou os usuários dos serviços profissionais” (Quiroga, 1999, p. 159).

Passados dez anos da implantação da proposta curricular anterior, compreendeu-se que se fazia necessária, mais uma vez, uma profunda revisão da formação profissional, e iniciou-se, em 1994, um amplo processo de reavaliação do currículo vigente, em encontros promovidos pela ABESS em todo o Brasil. De 1994 a 1996 foram promovidas cerca de 200 oficinas locais nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e duas nacionais. Uma nova proposta de formação foi elaborada, aprovada em Assembléia Nacional da ABESS e encaminhada ao Conselho Federal de Educação. Os cursos foram promovendo estudos para a elaboração dos currículos plenos e implantação do Novo Projeto de Formação Profissional, de acordo com as Diretrizes Curriculares.

A proposta centra-se na questão social, “entendida no âmbito da produção e reprodução da vida que tem no trabalho o seu elemento fundante” (ABESS/CEDEPS, 1996). São diretrizes curriculares da formação profissional: capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Isso significa que o curso de Serviço Social deverá oportunizar um aprofundamento teórico, histórico e metodológico da realidade social e do próprio Serviço Social. O profissional em formação deverá apreender o significado social da profissão e ser capaz de compreender os problemas e desafios impostos pela realidade social. Deverá também ser capaz de formular respostas profissionais e de exercer a profissão, levando em conta as competências e atribuições previstas no Código de Ética Profissional em vigor.

6. Apoio às lutas da profissão e aos seus questionamentos

A inserção do Serviço Social na sociedade e sua associação às lutas e movimentos políticos sempre foi uma característica da profissão, desde os primeiros tempos, sempre que se tratava de questões sociais. Cita-se como exemplo, mais recente, a grande participação dos Assistentes Sociais na discussão e na aprovação da Lei da Assistência (LOAS, 1993) e na Municipalização da Assistência. Foram promovidos seminários locais, estaduais, regionais e nacionais, envolvendo profissionais do Serviço Social, de outras profissões da área de Bem-Estar Social, políticos, detentores de cargos públicos eletivos e a população em geral. Houve também árduo trabalho junto ao Senado, ao Congresso Nacional, Assembléias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais de Vereadores, na tentativa de se conseguir leis que trouxessem o máximo de benefícios à população.

Na busca de solução para os problemas teórico-metodológicos ou de natureza interventiva, que foram sendo enfrentados ao longo da história ou em lutas de caráter político, os profissionais do Serviço Social sempre contaram com o apoio de diversos órgãos que, em diversos patamares, representavam a profissão ou seus profissionais. Esses problemas e demais questionamentos foram sendo levados aos vários eventos internacionais, sul-americanos e brasileiros, que serviam de fóruns de discussão. Entre esses organismos situam-se órgãos federais e estaduais específicos do Serviço Social como: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS; Associação

Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS; Associação Nacional de Assistentes Sociais – ANAS; Associações Profissionais – AP ; Sindicatos; Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS. Entre os organismos latino-americanos citam-se: Associação Latino-Americana de Ensino de Serviço Social – ALAESS e o Centro Latino-Americano de Trabalho Social – CELATS.

Dentre os organismos brasileiros de apoio à pesquisa destacam-se alguns citados anteriormente, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); a Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Mas tem sido muito significativa também a colaboração das fundações de amparo à pesquisa dos vários Estados, como por exemplo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) além de outros órgãos como o Financiamento de Estudos e Projeto (FINEP) e o Instituto Nacional de Estudos e Projetos (INEP).

As revistas, livros e outras documentações também deram importantes contribuições ao processo de problematização, crítica, lutas e mudanças no Serviço Social. Podem ser citados, entre tantos: a Revista de Serviço Social, a Revista Debates Sociais e as coleções documentárias do CBCISS (Cadernos Verdes); a Revista Serviço Social e Sociedade; as edições de livros de Serviço Social pelas editoras Cortez, Vozes, Brasiliense, Agir, Edipucrs e outras, que cresceram muito nas últimas décadas, refletindo, principalmente, a produção dos cursos de Pós-Graduação brasileiros, em especial os cursos de Serviço Social; as revistas latino-americanas *Acción Crítica*, *Hoy en el Trabajo Social* e todas as publicações da Ecro e da Humanitas, divulgando as reflexões e as experiências de países da América Latina.

Considerações finais

Para discutir-se a relação entre questão social e Serviço Social no Brasil, estudou-se a intensificação do processo de industrialização no país, após a Revolução de 1930 e o conseqüente acirramento das relações sociais próprias do sistema capitalista que culminaram com o agravamento da questão social. Nesse contexto nasceu o Serviço Social e se desenvolveram os primeiros campos de trabalho da nova profissão. Foram estudadas neste trabalho as origens históricas da profissão e o contexto histórico, social, político e econômico da sociedade brasileira, em que o Serviço Social sempre esteve inserido. Deu-se ênfase à análise das várias configurações da questão social no Brasil, desde a década de 30, do século XX, quando o Serviço Social foi aqui implantado e as tentativas de enfrentamento dos problemas a ela relacionados, através da implantação de políticas sociais. Num processo de avanços e recuos, que acompanhou o movimento dinâmico da história e enfrentando muitos desafios, essa profissão institucionalizou-se em solo brasileiro, ocupando seu espaço na divisão social do trabalho, próprio de uma sociedade capitalista.

Durante esse tempo, como está escrito no Código de Ética Profissional do Assistente Social, ocorreu um “profundo processo de renovação” no Serviço Social, que acumulou experiências profissionais, desenvolveu-se “teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se” e hoje “apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente” (CFAS, 1993, p. 9). No meio acadêmico, após uma profunda revisão da formação profissional e amplo processo de discussão do currículo vigente, promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, foram propostas novas Diretrizes Curriculares de Formação Profissional para o Serviço Social, que estão em implantação no Brasil.

Continuam, entretanto, os questionamentos em relação ao Serviço Social, suas possibilidades e limites, frente aos desafios do mundo contemporâneo. De que forma essas transformações têm

repercutido na profissão? Como foram enfrentados os desafios, em seu desenvolvimento histórico, e qual é o seu futuro? Como preparar a nova geração de Assistentes Sociais para os campos de trabalho tradicionais, em processo de mudança, e para os campos emergentes? O objetivo da reconstituição histórica do Serviço Social na sociedade brasileira, foi o de contribuir para os debates atuais da profissão e de buscar respostas aos seus questionamentos em relação às mudanças projetadas para este novo milênio.

Referências

- ABESS /CEDEPSS. *Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1996.
- ALTHUSSER, Louis. *Os aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Geral, 1983.
- BRASIL. Lei 1.889, de 13 de junho de 1953, que dispõe sobre os objetivos do ensino de Serviço Social e ainda as prerrogativas dos portadores de diploma de Assistente Social. Brasília, 1953.
- . Decreto 35.311, de 8 de abril de 1954, que regulamenta a lei 1.889. Brasília, 1954.
- . Lei 3.532, de agosto de 1957, que regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Brasília, 1957
- . Decreto 994, de 15 de maio de 1962, que regulamenta a Lei 3.352, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social e a constituição do Conselho Federal de Assistentes Sociais – C.F.A.S. e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – C.R.A.S. Brasília, 1962.
- . *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília, 1988.
- . *Lei 8862/93, de Regulamentação da Profissão*. Brasília, 1993.
- BULLA, Leonia Capaverde. *Serviço Social, Educação e Práxis: Tendências teóricas e metodológicas*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPG – FACED/UFRGS, 1992.
- CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: C.F.A.S., 1993.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *Política social do Estado capitalista: as funções da Previdência e assistência sociais*. São Paulo: Cortez, 1980.
- . *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1985.
- . *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FISCHLOWITZ, Estanislau. *Fundamentos da política social*. Rio de Janeiro: Agir, 1964
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – F.E.E. *A política social brasileira: 1930-1964. Evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: F.E.E., 1983.
- GRAMSCI, Antônio. *A ciência política e o príncipe moderno*. Obras escolhidas. Lisboa: Estampa, 1974.
- . *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Circulo do Livro (s.d.).
- . *Concepção dialética da história*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

- HABERMAS, Jürgen. A crise de legitimação no capitalismo tardio. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
- ; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, 2. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1983, p.23.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- LEÃO XIII. *Encíclica Rerum Novarum* (1891). Petrópolis: Vozes, 1984.
- MACEDO, Mirtes de Aguiar. *Reconceitualização do Serviço Social : formulações teóricas*. São Paulo: Cortez, 1981.
- MARX, Karl. *O Capital*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach. *Oposição das concepções materialistas e idealista*. Lisboa: Avante, 1982. (Obras Escolhidas).
- ; ——— . *Manifesto do partido comunista*. Lisboa: Avante, 1982. (Obras Escolhidas).
- ; ——— . *Para a crítica da Economia Política. Prefácio*. Lisboa: Avante, 1982 (Obras Escolhidas).
- MONTENEGRO, João Alfredo. *Evolução do catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- PIO IX. *Encíclica Quadragésimo Anno* (1931). 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1962.
- PINTO, Rosa Maria Ferreiro. *Política educacional e Serviço Social* . São Paulo: Cortez, 1986.
- PEREIRA, Potyara A. P. *As políticas dos anos 90: crise ou reestruturação?* In: Debates Sociais. Rio de Janeiro: CBCISS, n.57, p.65-72, 1999.
- QUIROGA, Ana Maria. Mudanças no perfil das clientelas do Serviço Social. In: *O Serviço Social em Questão*, Rio de Janeiro, PUCRJ, v. 4, n. 4, p. 159-170, 1999.
- SILVA, Maria de Guadalupe de Oliveira e. *Ideologias e Serviço Social: reconceitualização latino-americana*. São Paulo: Cortez, 1982.
- SILVA, Maria Ozanira da S. *Formação profissional do Assistente Social*. São Paulo: Cortez, 1984.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento e crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- . *O milagre brasileiro: causas e conseqüências*. São Paulo: CEBRAP, 1992.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio e Castelo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1982.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez, 1986.
- . *A assistência social no Brasil, 1983-1990*. São Paulo: Cortez, 1991.
- VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VILAS, Carlos M. Política social, trabajo social y la cuestión del Estado. *Acción Crítica*, Lima, Lima : CELATS, n. 6, 1978.